

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

São Leopoldo/RS, 26 de julho de 2022.

Ao  
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022

Ref.: Item 17 do Pregão Eletrônico nº 39/2022 - Contrarrazões

Prezados Srs.

Tche-Pel Comercial, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.613.567/0001-45, com sede na rua José de Araújo Viana nº 88, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, tempestivamente, vem à presença de Vossas Senhorias a fim de apresentar as contrarrazões ao recurso apresentado pela empresa Graziele Valente Peixoto para o item 17 do Pregão Eletrônico 39/2022, o que faz declinando os motivos de seu representante no articulado a seguir.

A empresa Graziele Valente Peixoto, dentro de seu direito, apresentou recurso contra a documentação que nossa empresa anexou no sistema eletrônico com vistas à participação na licitação.

Vamos aos pontos levantados pela empresa Graziele Valente Peixoto em seu recurso:

Primeiramente a recursante alega que nossa empresa não apresentou proposta de preço em papel timbrado, não consta assinatura, não menciona os dados bancários.

O item 4.2.1, da seção V do edital estabelece clara e tão somente que a proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Anexo I do Edital, bem como a marca/modelo do produto.

A proposta inserida no sistema é a inicial e rigorosamente de acordo com o estabelecido no edital e seus anexos.

Na seção VI do edital é claramente mencionado no item 6.3 que "Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importará a desclassificação da proposta."- grifado por nós.

O edital não faz menção alguma a exigência de papel timbrado e assinatura. E o único momento citado para informação dos dados bancários é na nota fiscal, como pode ser observado na Seção XVII - item 17.2 e Anexo I - item 9.3 do edital.

Outro ponto alegado pela recursante diz respeito ao fato da certidão de falência e concordata não constar validade e estar mencionada certidão judicial civil negativa.

Vale lembrar que a referida certidão sequer é exigida no edital, mas temos como hábito sempre a apresentação da mesma, independente da exigência ou não de sua apresentação.

Parece-nos que a recursante está confundindo CÍVEL com CIVIL. É óbvio que a certidão é cível. O vocábulo CIVIL significa tudo aquilo que é relativo ao cidadão. No universo jurídico, esta palavra está relacionada ao Direito Civil. Já o termo CÍVEL (mencionado na certidão) pertence somente ao meio jurídico e designa tudo o que se refere aos Direitos Civil, Comercial, Previdenciário, Empresarial, Administrativo, entre outros.

E quanto a sua validade o edital, na Seção II - item 11.9 menciona de forma claríssima: "Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame." - grifado por nós.

Fica evidente, em uma atenta leitura ao edital, de que os argumentos apresentados no recurso da empresa Graziele Valente Peixoto não prosperam.

Certos de termos prestado todos os esclarecimentos, deixamos a cargo do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia o julgamento rigorosamente de acordo com o edital e em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório (-grifado por nós) por parte da Administração Pública.

Respeitosamente  
TCHE-PEL COMERCIAL  
CNPJ nr. 08.613.567/0001-45

**Fechar**